

---

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE  
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 66ª REUNIÃO**

Data: 17 e 18 de setembro de 2008

Local: Sala 4 da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, localizada no subsolo do Edifício Antônio Ernesto de Salvo, SGAN Quadra 601, Módulo K, Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério da Integração Nacional: Rosalvo de Oliveira Júnior (rosalvo.junior@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: ausente
- Ministério das Minas e Energia: Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@dnpm.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Flávia Pitanga Salim (flaviasalim@hotmail.com)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@inga.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PB/PE: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais - RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (veracastro@intergato.com.br)
- Conselhos Estaduais - PI/SE: ausente
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Irrigantes: Nelson Ananias Filho (nelson.filho@cna.org.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Luiz Cláudio Castro Figueiredo (luiz.castro.figueiredo@vale.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Sebastião Vainer Bosquilia (sbosquilia@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: João Clímaco Filho (climaco@uai.com.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda (tania.miranda@gmail.com)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Alice Cleto (ELABORE / DF) – alice.watsar@elabore.com.br
- Andréa Figueiredo (MME) – andrea@mme.gov.br
- Arnaldo Neto O. Martins (ELETROSUL) – arnaldo@eletrosul.gov.br
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Diógenes Mortari (ADASA/DF) – diogenes\_mortari@yahoo.com.br
- Eduardo Mazzolinis (CETESB / SP) – ee@cetesbnet.sp.gov.br
- Marcos Antonio da Silva (CERB) – silva.marcoantonio@cerb.ba.gov.br
- Maria Antônia Z. Nobre (SEMA / AC) – mariaantonia.nobre@ac.gov.br
- Maria do Carmo dos Santos (IPAAM / AM) – carmo\_neves@uol.com.br
- Maria Valdira Pereira (FEMACT / RR) – maria\_valdira@hotmail.com

- Marília de Melo (IGAM / MG) – marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br
- Paulo Diniz de Oliveira (ONS / RJ) – diniz@ons.org.br
- Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br

#### **RELATORIA CTPOAR:**

Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

#### **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às 10h25 do dia 17 de setembro do ano de dois mil e oito, sob a presidência interina da Sra. Simone Rosa da Silva (CERH/PE), procedeu-se à abertura da 66ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, onde primeiramente foi justificada a ausência temporária da Sra. Leila Carvalho Gomes, que estaria participando da 104ª Reunião da CTIL para a defesa das propostas de resoluções que envolveram a CTPOAR. Foi solicitado que todos se apresentassem, haja vista o convite para a participação quanto a discussão do tema vazão mínima remanescente, feito a todos os órgãos estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos. [Item 2 – Aprovação da Ata da 65ª reunião da CTPOAR.](#) A ata foi aprovada com alterações. [Item 3 - Início da revisão da Resolução CNRH nº 37, de 26 de março de 2004, quanto ao aspecto operativos, demanda advinda da análise do Acórdão nº 1.034/2008-P, referente a possibilidade de estender a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos ao transporte hidroviário interior, de modo a preservar os usos múltiplos, garantir o uso das vias navegáveis pelo setor de transporte e assegurar o controle qualitativo e quantitativo dos usos da água.](#) Foi colocada a dúvida quanto ao encaminhamento da matéria, a partir da última reunião. Devido à ausência de representantes da ANA e do Ministério dos Transportes, que deveriam ser os responsáveis em apresentar sugestões de alterações de artigos nas normativas existentes. Sugeriram então que fosse encaminhado ofício a essas instituições solicitando as sugestões com a ata da última reunião seguindo anexa, o que qualificaria o debate. Foram destacados três temas que estariam vinculados, ou seja: eclusas, hidrovias (possibilidade de navegação) e regras operativas que poderiam ser alteradas para a garantia dos usos múltiplos e que poderiam estar esclarecidos nos Planos de Recursos Hídricos. Ainda colocaram que durante as análises de outorga seriam observados todos os usos para que não houvesse prejuízo entre eles. Foram apresentados exemplos nos estados, onde as consultas entre órgãos usuários de recursos hídricos ajudavam na equação do balanço hídrico da bacia, sendo assim respeitados todos os usuários. Como encaminhamento, acordaram pelo envio de ofício ao Ministério dos Transportes, com cópia para a ANA, onde seria solicitado sugestões de alterações em deliberações do CNRH que pudessem vir a melhorar a condição das hidrovias. Neste documento seriam apontadas as deliberações que poderiam sofrer alterações, sendo as Resoluções CNRH nºs 16 e 37 e a proposta de resolução que trata de vazões mínimas, mas também indicando que poderia ser uma nova proposta de resolução. Também seria destacada a importância do instrumento plano para a garantia das hidrovias, o que diferencia da fragilidade que o instrumento outorga possui, conforme apresentado na Ata da Reunião nº 65. Alguns membros ainda apresentaram dúvidas quanto a demanda apresentada no Acórdão e nos comentários dos representantes do Ministério dos Transportes na última reunião e que a ausência desses representantes durante esta reunião causariam desconforto na discussão do tema. [Item 4 - Apresentação de 3 casos de aproveitamentos de PCHs que possuam conflitos de uso múltiplo - continuidade da análise de encaminhamento do Ofício nº 090708.1, referente à adoção de procedimentos para uso dos recursos hídricos nos empreendimentos](#)

denominados PCHs; Foi feita apresentação pelo Conselheiro João Clímaco dos seguintes casos que foram identificados problemas nas outorgas nos estados: 1 – PCH Espora (32MW - GO) – conflito apresentado: segurança de barragens, fissuras, seguidas de rompimento, o que ocasionou desastre ambiental. Apresentou questionamentos quanto a outorga verificar esses aspectos para evitar os desastres ambientais e prejuízos junto aos usuários de recursos hídricos da bacia. Ponderou sobre a possibilidade do CNRH apresentar alguma resolução ou diretrizes para que o BNDES tivesse parâmetros para avaliar os empreendimentos a serem financiados, bem como que fosse evitado novos financiamentos para construtoras que apresentaram problemas com segurança de barragens, haja vista o dinheiro público sendo utilizado em obras que danificam o meio ambiente. Comentou sobre o fato do Ministério Público estar decidindo quando da existência de conflitos na área ambiental, devendo esse papel ser fortalecido no CNRH. 2 – PCH Apertadinho (XXMW – XX) – conflito apresentado: segurança de barragens, fissuras, seguidas de rompimento, o que ocasionou desastre ambiental. 3 – AHEs e PCHs no rio Juruena – (MT – 8 PCHs em construção + inventário sendo feito) conflito apresentado: região indígena, resgate da sobrevivência da população indígena, compensação ambiental e mudança no traçado da linha de transmissão. O conselheiro ressaltou os diferentes critérios que estariam sendo adotados pelos estados para as outorgas de PCHs o que geraria conflitos e revelaria a necessidade de um eixo norteador, considerando a importância do instrumento outorga para a gestão dos recursos hídricos diante do imediatismo que o caracteriza juntamente com a fiscalização que vem se mostrando ausente, gerando conflitos. Após a apresentação foram abordados os seguintes aspectos: solicitado maiores esclarecimentos quanto às afirmações colocadas que estariam sendo interpretadas como falta de articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos e meio ambiente, ficando nebuloso o entendimento o que seria demonstrados nos casos práticos; os consistentes conflitos pelos usos múltiplos da água; questões de segurança de barragens, como rompimento, não poderem ser observadas na outorga, por não ser uma de suas atribuições; os conflitos apresentados não seriam de deliberação do CNRH e necessariamente não precisaria de uma deliberação de conselhos; impacto cumulativos de PCH; lembrança de que questões indígenas estão afetas ao licenciamento ambiental; quanto a segurança de barragens foi citado o PL que estaria tramitando e a existência de conselhos que tratam do tema, CONFEA e CREA, a partir de suas fiscalizações. Foi sugerido encaminhamento de ofício na busca de uma resolução conjunta (CNRH e CONAMA) para evitar-se que os problemas sem solução não fossem atrelados ao licenciamento, o que não foi acatado; Também foi sugerida a aplicação desse tema nos fóruns adequados, que não seria o CNRH. Orientaram o apresentador ressaltando que os problemas apresentados eram importantes, parte deles podendo ser observados no processo de outorga, mas outros não, ou seja, segurança de barragens seria na fiscalização, após a construção da obra, terras indígenas seriam avaliadas no licenciamento ambiental. Ainda destacaram a importância da articulação entre os instrumentos outorga e licenciamento. Comentaram que os conflitos apresentados não retratariam casos a serem tratado na outorga, mas o importante na análise das outorgas seria a quantidade de impacto de todos as outorga de uma bacia. Comentaram então quanto o responsável pelo planejamento dessas PCHs e se alguém estaria avaliando esse impacto conjunto. Disseram que deveria existir o envolvimento da CTAP, considerando suas atribuições no conjunto de PCHs e a CTPNRH, por se tratar de planejamento setorial e da bacia. Foi reforçado o fato da integração dos órgãos gestores, que já estaria funcionando, conforme preconizado pela Resolução CNRH nº 65, de 2006, mas que poderia ser melhorado, para se evitar falhas. Comentaram sobre a mudança cultural existente no setor elétrico, passando das grandes

151 usinas para pequenas centrais hidrelétricas, com isso menos impacto, contudo o setor  
152 não poderia ser negligente, pois a energia teria que vir de algum lugar, podendo ser de  
153 térmicas a carvão, desde que assumidos os impactos ambientais que seriam maiores.  
154 Reiteraram que não ficaram claros os conflitos com os demais usos de água, mas que os  
155 conflitos apresentados poderiam ser resolvidos pelos planos, comitês, órgãos gestores  
156 estaduais e por último nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, o que reforçaria a  
157 descentralização do sistema, e numa última instância o CNRH, na busca de uma  
158 regulamentação, mas que seria extremamente necessário o Estado participar. O  
159 apresentador afirmou que outorgas das PCHs estariam sendo utilizadas como moeda, e  
160 que o CNRH estaria omissa ao fato e que uma moção já seria uma base de orientação  
161 para os estados no sentido das outorgas observarem os usos múltiplos e maior  
162 envolvimento do licenciamento, que ainda não seria suficiente na busca também de uma  
163 uniformização de procedimentos entre os estados. Disse não ter conseguido obter  
164 respostas e não ter entendido as colocações de resistência apontadas pela CTPOAR,  
165 assim apresentou sua insatisfação e disse que poderia trazer pessoas que apresentariam a  
166 necessidade de uma normatização para os fatos apresentados, mas que agradecia as  
167 idéias colocadas. Ficou a cargo do apresentador a escolha dos passos a serem tomados,  
168 haja vista que os membros da CTPOAR não verificaram a necessidade da normatização  
169 baseadas nos conflitos apresentados que não poderiam ser resolvidos ou previstos a  
170 partir do instrumento outorga de direito de recursos hídricos. A reunião foi suspensa às  
171 13h e sob a presidência da Sra. Leila Carvalho a reunião foi retomada às 15h, no item 1  
172 da pauta. [Item 1 – Informe sobre encaminhamentos da V Reunião de Presidentes](#). Nesse  
173 momento foi lida a memória da reunião citada (**Anexo 1**) que tratou da forma das atas  
174 das reuniões das CTs do CNRH, onde cada CT decidiria sobre seu formato, após  
175 debates acordaram que a Ata da CTPOAR deveria ser mais sucinta, com aspecto de  
176 resumo e destacados os encaminhamentos, não havendo mais a necessidade da  
177 apresentação das falas, que foi justificado pelo art. XX do Regimento Interno que cita  
178 atas sucintas. Comentaram que haveria uma fase de adaptação, mas isso educaria  
179 (memória) os membros das CTs que não teriam mais suas falas reproduzidas. Ainda  
180 acordaram que a frequência das reuniões da CTPOAR seria de 45 dias. [Item 5 –](#)  
181 [Reflexões sobre outorga para lançamento de efluentes, por parte de representante da](#)  
182 [ANA e dos Estados da BA, SP e ES](#). O representante do Estado da BA apresentou  
183 recente Instrução Normativa nº 3 do Ingá, que “dispõe sobre critérios técnicos referentes  
184 à outorga para fins de diluição, transporte ou disposição final de esgotos domésticos em  
185 corpos de água de domínio do Estado da Bahia”. Foi destacado que o documento  
186 consideraria como vazão de diluição, transporte ou disposição final a quantidade de  
187 água do corpo receptor necessária para diluir, transportar ou dispor a carga de  
188 determinado parâmetro presente no efluente em função da classe de enquadramento do  
189 respectivo corpo de água; que a outorga para diluição, transporte ou disposição final de  
190 esgotos domésticos obedeceria as seguintes condicionantes: disponibilidade hídrica, no  
191 corpo receptor, suficiente para diluição, transporte ou disposição final; metas  
192 obrigatórias progressivas intermediárias e final, visando os padrões de qualidade da  
193 classe em que o corpo receptor estiver enquadrado; que na ausência de metas  
194 obrigatórias progressivas intermediárias e final, deveriam ser obedecidos os padrões de  
195 qualidade da classe em que o corpo receptor estivesse enquadrado e que as vazões de  
196 diluição a jusante de cada lançamento poderia ser novamente disponibilizadas,  
197 observadas a capacidade de autodepuração do curso de água e a respectiva classe de  
198 enquadramento; que as vazões de referência adotadas para diluição, transporte ou  
199 disposição final, exceto em áreas estuarinas e rios intermitentes seriam: (Q90) – vazão  
200 com 90% (noventa por cento) de permanência a nível diário, limite máximo individual

da vazão reservada para a diluição, transporte ou disposição final dos esgotos domésticos seria de até 20% (vinte por cento) da vazão de referência, o somatório das vazões reservadas para a diluição, transporte ou disposição final dos esgotos domésticos, para cada ponto de análise, seria no máximo de 50% da Q90, percentual este colocado para experimentação, no caso de ambientes lênticos (lagos, lagoas ou reservatórios) que teriam contribuições de mananciais superficiais perenes, considerando-se como vazão de referência àquela correspondente a área de contribuição dos cursos de água afluentes aos mesmos. Para a análise técnica para emissão de outorga de diluição, transporte ou disposição final seriam avaliados os seguintes parâmetros: I - Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Coliformes Termotolerantes em cursos de água e II – Nitrogênio e Fósforo para ambientes sujeitos a eutrofização. Para a emissão da outorga deveria ser informada a vazão reservada para a diluição, transporte ou disposição final dos esgotos domésticos, assim como a vazão, as concentrações de  $\text{DBO}_5^{20}$  e Coliformes Termotolerantes do efluente, e de Nitrogênio e Fósforo para os ambientes sujeitos a eutrofização. Disse ao final da importância de se obter o documento na tentativa de se iniciar diante da demanda, mas que se fosse para considerar as condições naturais dos rios, todos os pedidos seriam indeferidos. Comentaram que os órgãos gestores de recursos hídricos estariam sendo pressionados pelo “Meio Ambiente”, considerando o sombreamento existente nessa gestão. Ainda comentaram sobre o lançamento em rios intermitentes e a necessidade de normativa para enquadramento. Comentaram sobre o esforço do setor de saneamento com os investimentos do PAC que não poderiam ser desperdiçados por conta das questões de enquadramento e outorga, mas que estariam trazendo um desgaste. Falaram da importância da discussão do tema com a sociedade e sobre a necessidade de eficiência dos tratamentos de esgoto, da determinação prévia de todos os rios não enquadrados serem classe 2 e ratificaram que a outorga de lançamento teria que ser feita conjuntamente com o meio ambiente. A representante do Espírito Santo informou que a outorga para lançamento de efluentes teve início em 2006, a partir da elaboração da instrução normativa, que contou com o apoio da ANA, num processo muito interessante onde ainda continua o aprendizado com a prática, principalmente da flexibilização do enquadramento. Apresentou a IN, a vazão máxima das outorgas de lançamento, sendo de 50% da  $Q_7^{10}$ , o cálculo da quantidade de água necessária para diluir o efluente, podendo ser novamente disponibilizada após o decaimento, dependendo da capacidade de autodepuração do corpo hídrico. Ressaltou a diferenciação da outorga quando em lagos e reservatórios onde se pondera mais a quantidade de fósforo e o tempo de residência. Comentou sobre a dificuldade quanto ao enquadramento, pois não havia condições de considerar a classe 2 para todos os corpos hídricos do Estado, o que estava impossibilitando a instalação de empreendimentos e que o fato era auxiliar o saneamento, por isso a aplicação das metas progressivas, propondo redução de DBO, a partir da condição atual, onde em 6 anos seria revista a condição, contudo a meta seria reduzir em 10% sendo isso o que foi normatizado. Esclareceu que para fósforo não era considerada flexibilização e que esse “artifício” de metas progressivas e redução por período estaria apresentando resultados e possibilitando que usuários entrassem no sistema legalizando-os, mas sempre resguardando o art. 13 da Lei nº 9.433, mas que não sabia se seria possível alcançar a meta e a melhoria desejável. Falou sobre a necessidade de tratamento individual e a melhoria progressiva para o usuário. Após a apresentação destacaram a importância de planos de metas. Falaram sobre a importância de se normatizar os procedimentos, pois os estados estariam tratando o tema de forma diferente, dificultando o segmento de saneamento e esse seria papel do CNRH. A representante do Estado de São Paulo informou que nesse Estado a outorga seria



qualitativa, seguindo padrões do meio ambiente e que não poderia haver a outorga por ser considerada criminosa, assim não havendo outorga de lançamento para qualquer efluente não tratado, o que respeitaria a Constituição Paulista. Disse ainda que somente poderia ser usado o corpo de água para a diluição para empreendimentos que fossem licenciáveis e a outorga seria meramente quantitativa. Assim todo o procedimento seguiria as etapas do licenciamento ambiental, usando o critério de vazão de referência. Apontou uma dificuldade para eficiência das outorgas juntamente com o licenciamento ambiental, pois muitas vezes a CETESB não possuiria conhecimento de todas as outorgas, mesmo assim as outorgas poderiam ser excludentes. Foi apresentado o modelo de requerimento de outorga, onde consta no número de cadastro da CETESB. Comentaram sobre a possibilidade de lançamento subterrâneo, no caso em cava de mineração. Então foi trazido para reflexão: o lançamento em águas subterrâneas, a possibilidade de alocação negociada, a piscicultura e os avanços na melhoria do sistema, aplicadas a temática em questão. A reunião foi suspensa às 18h02 e reiniciada às 9h30 do dia 18 de setembro, dando continuidade a análise do item 5 da pauta. O representante da ANA fez comentários gerais, haja vista que a apresentação dessa instituição, sobre o tema, foi realizada na reunião anterior. Fez comentários sobre o parâmetro temperatura, a equação de diluição, a vazão de referência, o cuidado que se deveria ter para realmente atingir as melhorias, a vazão de referência existente na Resolução CONAMA nº 357, de 2005, o cuidado com o Ministério Público e a necessidade dele ser pautado, a cobrança pela diluição, baseada na qualidade e a harmonia entre os instrumentos de gestão: cobrança, outorga, enquadramento e plano de bacia. Quanto a cobrança ainda comentaram sobre estar associada a diluição e não a classe e para isso necessitaria de mudança de cultura. Outros não entenderam por considerar que a vazão estaria ligada a diluição e a carga associada a classe. Falaram sobre a restrição quando em rios de pequenas vazões e a sazonalidade, a forma de negociação e a possibilidade de entrega em outro corpo hídrico. Foi ratificada a necessidade de articulação com o meio ambiente, o planejamento do setor de saneamento, o tipo de pactuação a ser realizada de forma mais prática, objetiva e retilínea. Ressaltaram o cuidado com as interpretações, pois poderia não ser necessário tratar um efluente considerando que o corpo receptor teria suporte para recebê-lo. Comentaram sobre a necessidade de deixar abertura para que os órgãos gestores assumissem determinadas situações, após tratativas com os comitês. Foi informado que a proposta normativa referente à vazão de efluentes no Estado de Minas Gerais, apresentada à CTPOAR na última reunião, fora motivo de vista no Conselho do Estado, por ter sido considerada muito flexível. Acordaram que na proposta de resolução deveriam existir artigos referentes a integração entre meio ambiente e recursos hídricos, o estabelecimento de metas, a racionalização do uso, a possibilidade de negociação que considerasse as características do corpo hídrico, a possibilidade de estratégias particulares para determinados trechos de rios e o fortalecimento dos Conselhos Estaduais. Diante da maturidade obtida com as discussões na CTPOAR e a nova regulamentação do tema enquadramento, seria possível a elaboração de uma primeira minuta de proposta de resolução na próxima reunião, para tanto seria elaborada tabela comparativa das normativas existentes, MG, BA, ES e uma apresentação sobre os procedimentos adotados nos estados do PR e do DF. Mesmo assim foi demonstrada a ansiedade que o setor de saneamento teria quanto a aprovação de normativas sobre o tema, talvez necessitando de uma proposta diferenciada específica para esse tratamento. Também foi sugerida a apresentação de uma proposta pelo setor de saneamento. [Item 6 – Continuação da discussão sobre definição de vazões mínimas, bem como metodologias. 6.1 – Apresentação sobre regras operativas, pelo Sr. Paulo Diniz,](#)

[representante do ONS](#). Foi passada a palavra ao representante da ONS que abordou a “Influência dos Condicionantes Ambientais e de Restrições de Uso Múltiplo da Água na Operação do Sistema Interligado Nacional”. Foram ressaltados os seguintes aspectos: Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (atribuições, funções, objetivos, o ótimo sistêmico e procedimentos de rede); Planejamento da Operação Energética do SIN (horizontes de planejamento, os modelos, os enfoques, previsão de vazão, previsão de carga, otimização dos recursos); Legislação de Recursos Hídricos & Operação do SIN (art. 3º da Lei nº 9984, de 2000); Meio Ambiente - Uso Múltiplo da Água & Restrições Hidráulicas (usos prioritários, natureza das restrições, inventário de restrições hidráulicas, restrições a montante e jusante, restrições ambientais conjunturais – exemplos); O Controle de Cheias no SIN (conceituação, abrangência, exemplos, vertimento como desotimização do sistema, mudança das regras do meio ambiente); e Impactos das Restrições Hidráulicas na Operação do SIN (alterações nas políticas e diretrizes para a operação eletroenergética, alterações nos custos marginais de operação, segurança elétrica do sistema, encargos do sistema, elevação das curvas de aversão ao risco, aumentos nos riscos de déficit de energia e condicionantes ambientais e restrições de uso múltiplo de jusante que podem não ser atendidas). Finalizada a apresentação (**Anexo 2**) comentaram sobre: os problemas ocasionados na qualidade das águas por conta da geração de energia elétrica, a participação do ONS em comitês de bacias considerando o prisma econométrico e das concessionárias de energia, o impacto local das PCHs e suas regras intermediárias, a vazão mínima, a vazão ecológica, considerada remanescente por questões ecológicas, o cuidado com o uso das séries hidrológicas, as previsões de cheias para o planejamento anual, os relatórios de regras de diretrizes para cada reservatório, o programa mensal de operação. Considerando a abordagem apresentada foi solicitado que a ONS se fizesse presente nas próximas reuniões para auxiliar no aprimoramento do texto da proposta de resolução sobre vazão mínima. O intervalo de almoço aconteceu das 13h10 às 14h32 quando ratificaram que a próxima reunião da CTPOAR aconteceria nos dias 13 e 14 de novembro e solicitaram que a convocação fosse realizada com antecedência. Continuando a discussão do tema e a presença de representantes de órgãos gestores estaduais foi solicitado que manifestassem quanto a determinação da vazão mínima em seus estados, que apresentaram suas carências junto ao tema e aos processos de outorga. Nesse momento foi solicitado espaço para apresentação de um representante da Eletrosul que comentou sobre os estudos contratados pela FEPAM/RS sobre a temática, que começou a adotar a metodologia denominada teoria dos pulsos que se assemelha a metodologia do hidrograma ecológico e seria voltada para vazões naturais, mas que estaria apresentando alguns problemas devido a série histórica a ser utilizada o que estaria fazendo com que esse órgão de meio ambiente estivesse recusando os valores propostos pela Eletrosul para um de seus empreendimentos, já na licença de instalação. Foi apresentada a prescrição de regime de vazões remanescentes, cujos objetivos seriam de: prescrever os valores mínimos mensais de vazão remanescente à Alça de Vazão Reduzida (AVR); levantar dados de qualidade da água e de vazão medidos no mesmo tempo e local, nos quatro pontos de monitoramento selecionados; atender as Condicionantes 4, 4.1, 4.2 e 4.3 da Licença de Instalação nº 697/2007-DL, emitida pela FEPAM, em 18 de setembro de 2007; atender o Ofício FEPAM/DISA/ nº 5078/07, emitido em 18 de dezembro de 2007; e atender o Ofício FEPAM nº 6999/08, emitido em 08 de maio de 2008. Foi descrita a metodologia, a relação com a fluviometria, o arranjo da usina, o protocolo para apresentação de cenários, o levantamento de dados, a forma de operação da usina, as vazões remanescentes prescritas para cada mês (ou vazão ecológica flutuante), considerando o enquadramento (classe 2) e a solução de engenharia definida pela

concessionária. Após apresentação, os membros da CTPOAR acharam conveniente aprofundar o conhecimento sobre a metodologia, acatando a sugestão colocada pelo representante da Eletrosul em trazer os autores para uma apresentação mais detalhada (**Anexo 3**). [Item 6.4 – Análise da proposta de resolução](#). As discussões concentraram-se no art. 3º, acordando que a determinação caberia ao órgão gestor, ouvido o comitê, que priorizaria os usos, e que no plano haveria as diretrizes para a determinação das vazões remanescentes e não propriamente os valores das vazões. Comentaram que não poderia ser arbitrada uma vazão ecológica quando da ausência de manifestação e que os critérios de vazão ecológica deveriam ser apresentados pelos órgãos de meio ambiente. Questionou-se o caso quando da determinação da vazão mínima em rios transfronteiriços. Manifestaram que o ideal seria a definição da vazão mínima já na licença prévia. A reunião foi encerrada às 17h, ocasião que foi ressaltada a importância de um trabalho de esclarecimento a ser feito com os respectivos conselheiros, haja vista a matéria encaminhada por essa Câmara, que constará como item de pauta da XX Reunião Ordinária do CNRH.

Ata aprovada na 67ª reunião, realizada nos dias 13 e 14 de novembro de 2008.

**Leila Carvalho Gomes**  
Presidente da CTPOAR

**Raquel Scalia Alves Ferreira**  
Relatora da CTPOAR